

https://doi.org/10.20873/out2024_9

COLONIZAÇÃO SEM TEMPO

Composição bio-necropolítica entre subjetividades e infraestruturas transamazônicas

COLONIZATION WITHOUT TIME

Bio-necropolitical composition between subjectivities and trans-amazonian
infrastructures

COLONIZACIÓN SIN TIEMPO

Composición bio-Necropolítica entre subjetividades e infraestructuras transamazónicas

Mariana Galacini Bonadio¹

RESUMO

Inspirado pela proposta de pensamento composicional de Denise Ferreira da Silva, este artigo explora uma abordagem política sobre infraestruturas enquanto mediações vivas na formação das subjetividades sociais, entrelaçadas pelas relações bio-necropolíticas entre Estado e suas populações. Utilizando a rodovia Transamazônica como estudo, busca-se desafiar as narrativas lineares do tempo, revelando como a diferença racial e cultural que sustentou práticas coloniais continua a compor o capitalismo contemporâneo. Na interconexão entre passado, presente e futuro, as políticas de planejamento territorial mostram-se como agentes fundamentais na recomposição dos enquadramentos de existência e habitabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura; planejamento territorial; subjetividade; bio-necropolítica; Transamazônica.

ABSTRACT

Inspired by Denise Ferreira da Silva's compositional thinking framework, this article explores a political approach to infrastructures as living mediations in the formation of social subjectivities, intertwined by the bio-necropolitical relationships between the State and its populations. Using the Trans-Amazonian Highway as a case study, it aims to challenge linear narratives of time, revealing how racial and cultural differences that sustained colonial practices continue to shape contemporary capitalism. In the interconnection between past, present, and future, territorial planning policies emerge as key agents in the recomposition of frameworks of existence and habitability.

KEYWORDS: Infrastructure; territorial planning; subjectivity; bio-necropolitics; Trans-Amazonian Highway.

¹ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro | <https://orcid.org/0000-0003-4201-0736> | mari.bonadio@gmail.com

https://doi.org/10.20873/out2024_9

RESUMEN

Inspirado en la propuesta de pensamiento composicional de Denise Ferreira da Silva, este artículo explora un enfoque político sobre infraestructuras como mediaciones vivas en la formación de las subjetividades sociales, entrelazadas por las relaciones bio-necropolíticas entre el Estado y sus poblaciones. Utilizando la rodovia Transamazônica como estudio, se busca desafiar las narrativas lineales del tiempo, revelando cómo la diferencia racial y cultural que sustentó las prácticas coloniales sigue configurando el capitalismo contemporáneo. En la interconexión entre pasado, presente y futuro, las políticas de planificación territorial se presentan como agentes fundamentales en la recomposición de los marcos de existencia y habitabilidad.

PALABRAS CRAVE: Infraestructura; planificación territorial; subjetividad; bio-necropolítica; Transamazônica.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo explora uma pergunta e ensaia uma resposta: como abordar a composição (decomposição e recomposição) das subjetividades sociais a partir da agência das infraestruturas? A rodovia Transamazônica ilustra a proposta teórica central deste estudo: as infraestruturas não apenas moldam a geografia física de territórios, mas atuam como agentes dinâmicos na produção de subjetividades através das relações bio-necropolíticas entre Estados e suas populações, intimamente ligadas à distribuição desigual de vulnerabilidade e precariedade entre grupos sociais.

Inspirado pela proposição de pensamento composicional de Denise Ferreira da Silva (2018), que sugere uma leitura dos eventos sociais como uma composição contínua entre passado, presente e futuro, este artigo explora uma reflexão sobre as políticas de planejamento territorial de infraestruturas sem o tempo. Essa abordagem desafia as narrativas lineares tradicionais, revelando que os ideais de diferença racial e cultural, longe de serem artefatos históricos da arquitetura jurídico-econômica colonial, continuam a moldar a configuração do Estado-Capital Global e suas dinâmicas contemporâneas de opressão e desigualdade (Ferreira da Silva, 2022).

Na direção da perspectiva de Denise Ferreira da Silva, o artigo integra as relações bio-necropolíticas entre Estados e suas populações, argumentada por Fátima Lima (2018), e da lógica de despossessão discutida por Athena Athanasiou e Judith Butler (2013), que argumentam que a acumulação por despossessão do capitalismo depende da produção e

https://doi.org/10.20873/out2024_9

significação de subjetividades cuja condição de existência é a vulnerabilidade contínua à violência. Enriquecendo a análise, a concepção de infraestruturas como mediações vivas da vida cotidiana, proposta por Lauren Berlant (2016), e a teoria antropológica de Alfred Gell (2018), que vê os objetos como índices de agência social, oferecem uma compreensão mais complexa e não linear das relações entre temporalidades, espacialidades e subjetividades.

Na primeira seção, o artigo apresenta a composição teórica em defesa de uma abordagem da agência das infraestruturas na produção de subjetividades sem o tempo. Em seguida, dedica-se a um ensaio dessa perspectiva por meio das relações-de-relações sedimentadas na rodovia Transamazônica, buscando evidenciar como essa infraestrutura manifesta antinomias existenciais e modos ontológicos de precarização social. A Transamazônica ilustra, assim, o entrelaçamento entre passado, presente e futuro, destacando o papel crucial das políticas de planejamento territorial na reconfiguração das desigualdades sociais pela composição contínua dos eventos da colonização sem o tempo da diferença racial e cultural na lógica do capitalismo contemporâneo.

2 COMPOSIÇÕES TEÓRICAS DA COLONIZAÇÃO SEM O TEMPO

“Ler sempre ‘o que acontece’ como uma composição (decomposição ou recomposição), sempre como já um momento, que é uma composição singular, daquilo que também constitui ‘o que aconteceu e o que ainda está para acontecer’” (Ferreira da Silva, 2018, p. 408). Nessas linhas, Denise Ferreira da Silva (2018) sintetiza a proposição do *pensamento composicional*, uma concepção que nos convida a reconsiderar relações complexas entre passado, presente e futuro, explorando como os eventos sociais se materializam na espacialidade sem o tempo.

A partir dessa perspectiva, Denise Ferreira da Silva examina o que se entende por global como uma tecedura de episódios de violência racial, investigando como os pressupostos ontológicos e epistemológicos da modernidade sustentaram a arquitetura jurídico-econômica colonial na constituição relacional entre Estado e capitalismo. Sua análise revela que os ideais de diferença racial e cultural não foram apenas ferramentas materiais e discursivas da conquista, colonização, ocupação e escravização, mas continuam a moldar a composição contemporânea do Estado-Capital Global (Ferreira da Silva, 2022).

O pensamento composicional de Ferreira da Silva enfatiza, assim, que o que está acontecendo agora e o que está por vir são partes de uma composição contínua de eventos,

https://doi.org/10.20873/out2024_9

onde o passado, o presente e o futuro estão interligados de maneira complexa. Essa abordagem desafia a concepção linear tradicional do tempo², sugerindo que os eventos não ocorrem isoladamente, mas são parte de um padrão mais amplo e complexo que se repete em diferentes escalas espaciais e momentos históricos. A concepção linear do tempo, segundo ela, não apenas leva a uma compreensão superficial das dinâmicas de poder e das estruturas de opressão, mas também obscurece a maneira como as violências, no contexto da diferença racial e cultural, estão integradas nas estruturas econômicas e sociais contemporâneas.

Em vez de entender a história e as relações sociais como uma sequência de eventos separados, Denise Ferreira da Silva nos propõe imaginar o que acontece sem o tempo. Isso significa reconhecer que as experiências de violência, diferença racial e cultural não podem ser confinadas a um passado fixo dentro de uma narrativa histórica linear; em vez disso, elas se recompõem continuamente na contemporaneidade. O convite é, portanto, examinar a simetria e a interconexão entre os eventos. Neste ensaio, essa perspectiva serve como ponto de partida para uma composição teórica sobre como abordar a produção de subjetividades e sujeitos sociais levando em conta a recomposição da arquitetura jurídico-econômica colonial na materialidade das infraestruturas.

Soma-se, assim, a proposição de que compreender a natureza relacional das infraestruturas abre a possibilidade de abordar, sem o tempo, os mundos sociais complexos que, fundamentalmente, produzem e são produzidos por infraestruturas. A partir da obra de Lauren Berlant (2016), entende-se infraestrutura como mais do que um sistema de transporte e mobilidade ou uma estrutura feita de betume, areia, pó de pedra, gravilha, aço e concreto. Infraestrutura “é a mediação viva daquilo que organiza a vida: o mundo da vida da estrutura” (Berlant, 2016, p. 393, tradução livre). Ao problematizar o conceito de infraestrutura para a teoria social, Lauren Berlant (2022) destaca a simultaneidade e transitividade das dimensões materiais, culturais e populacionais que fazem infraestruturas vivas.

Infraestruturas são caracterizadas, então, pelo movimento e pelo padrão das formas sociais, não se limitando à materialidade física, mas incorporando as dimensões culturais que

² Denise Ferreira da Silva (2018; 2022) argumenta que a lógica do pensamento temporal sequencial, emergida na Europa com o desenvolvimento do capital, organiza os eventos históricos de forma linear. Essa perspectiva posiciona a arquitetura jurídico-econômica colonial, onde a raça é um elemento central, no passado, como se fossem anteriores ao capitalismo, na forma de acumulação primitiva, mesmo no contexto do materialismo histórico.

https://doi.org/10.20873/out2024_9

configuram e são configuradas por estruturas de representação, de imagens, de projeções de ideais políticos, discursos ontológicos e epistemológicos entre outros (Berlant, 2022). São a pavimentação de movimento e devir, todas interligadas por redes de relações que sustentam modos de vida através da circulação de corpos, recursos e informações nas “interseções constantemente oscilantes de vários tempos, espaços, economias, constrangimentos e possibilidades que compõem a vida no espaço-tempo” (Simone, 2015, p. 18, tradução livre). Nessa composição complexa que é própria infraestrutura, não poderíamos pensar a ordenação de territórios e de seus sujeitos sociais sem o tempo?

Nessa direção, as infraestruturas podem ser pensadas como índices de agência, inspirada pela teoria antropológica da arte de Alfred Gell (2018). Para tal, é necessário, primeiramente, suspender a compreensão tradicional de agência como um atributo ou propriedade intrínseca, seja de sujeitos sociais ou de objetos. Em vez disso, a agência é pensada como um termo para o contínuo dinamismo da materialização de práticas e ações sociais. Alfred Gell (2018) sugere que os objetos são índices da agência social e, simultaneamente, são instrumentais a ela. Enquanto os objetos materializam as ações de sua produção e uso, eles geram novas ações nas sociedades que os produzem e os recebem. O antropólogo descreve o índice como “aquele que ‘faz com que os eventos aconteçam’ em torno de si”, de modos pouco previsíveis e não necessariamente alinhados às intenções originais das ações que os materializaram (Gell, 2018, p. 44).

O objetivo de Gell é destacar o caráter involuto dos índices, capazes de objetificar em uma única forma visível a manifestação das agências cumulativas de relações-de-relações. Nas palavras do antropólogo, o índice é o “nó visível com que se ata uma meada invisível de relações de espaço-tempo” e, neste nó, os índices atraem para si agências, gerando novas relações em torno de sua sedimentação relacional (Gell, 2018, p. 106). Importante notar que essas relações não são meramente simbólicas; elas não existem independentemente de suas manifestações concretas e factuais na forma específica de um índice. Assim, o que faz com que um objeto exerça agência parece ser, precisamente, sua capacidade de materializar os eventos de uma teia de relações que nele fazem meada sem o tempo, como proposto pelo pensamento composicional de Denise Ferreira da Silva (2018).

Na composição dos apontamentos teóricos advindos do pensamento composicional de Denise Ferreira da Silva, da concepção de infraestrutura de Laurent Berlant e do entendimento

https://doi.org/10.20873/out2024_9

de índice de Alfred Gell, a primeira proposição deste estudo é compreender as infraestruturas de duas maneiras. Primeiro, como índices de relações-de-relações de eventos; segundo, como agentes que geram eventos por meio da sedimentação dessas mesmas relações. Busco demonstrar através dos eventos de colonização sem tempo da rodovia Transamazônica que as infraestruturas estão intrinsecamente ligadas à produção de subjetividades e sujeitos sociais, compondo a tecedura das relações bio-necropolíticas entre Estados e suas populações.

Essa proposição se apoia no argumento de Denise Ferreira da Silva (2022) sobre a contemporaneidade do Estado-Capital Global como uma composição de eventos que sustentaram a arquitetura jurídico-econômica colonial, fundamentada em pressupostos ontológicos de diferença racial e cultural. Em consonância com essa perspectiva, é relevante a argumentação de Fátima Lima (2018) sobre a bio-necropolítica à brasileira. Enquanto Foucault, com a noção de biopolítica, descrevia como o poder regulava a vida por meio da administração da saúde e da população, Achille Mbembe (2018) expande essa ideia, mostrando que, em contextos de colonialismo e capitalismo global, o Estado também exerce controle sobre a morte, transformando-a em um mecanismo fundamental da administração política e social. Ao evidenciar uma política de controle que determina quem vive e quem morre, um dos desafios da concepção teórica de bio-necropolítica, segundo Fátima Lima (2018), é entender suas especificidades contextuais. No Brasil, são as dinâmicas históricas próprias do racismo inscrito pela colonização brasileira que atuam como os motores do princípio bio-necropolítico da relação entre o Estado e suas populações.

Essa abordagem é composta, ainda, dos debates de Athena Athanasiou e Judith Butler (2013), que exploram as lógicas subjacentes aos processos de acumulação do capital, evidenciando como o capital se baseia na produção de modos ontológicos de vida diferencialmente precarizados e vulneráveis às violências territorializadas das relações de poder. Deste debate, destaca-se como o exercício espaço-temporal da violência é uma força central no estabelecimento das economias políticas da vida, atuando simultaneamente como um fator dependente e produtor dos modos ontológicos dessas economias. A lógica da acumulação por despossessão depende, assim, da criação de subjetividades cuja única condição de existência é o estado contínuo de não-ser e não-ter, isto é, subjetividades despossuídas.

A condição ontológica de despossessão mostra-se, então, como politicamente induzida, maximizando a exposição de certos corpos e populações à violência, doenças, pobreza e

https://doi.org/10.20873/out2024_9

exploração pela produção e significação de identidades e comunidades específicas como menos importantes para a proteção na vida social. Para esses grupos, os instrumentos jurídicos do Estado não oferecem proteção adequada; ao contrário, são fundamentais para a produção e manutenção de sua precariedade através do exercício das violências institucionais, segundo Judith Butler (2018). Em outras palavras, a distribuição diferencial da vulnerabilidade e precariedade nos processos de acumulação por despossessão é exercida junto aos instrumentos do Estado, “em corpos específicos no lugar, através de matrizes normativas, mas também através de práticas situadas de racialidade, gênero, sexualidade, intimidade, capacidade corporal, economia e cidadania” (Athanasiou e Butler, 2013, p. 18-19).

A partir dessa composição teórica, a próxima seção apresentará uma abordagem da colonização sem o tempo agenciada nas operações espoliativas da Transamazônica, destacando como esta evidencia antinomias existenciais através de modos de despossessão, violência e apagamento social que afetam diferencialmente os grupos populacionais. A rodovia BR-230, ao sedimentar, na forma de índice, os eventos e relações-de-relações inscritos pela arquitetura jurídico-econômica colonial, manifesta a complexidade dos muitos espaços-tempos amazônicos sedimentados através dos imaginários sócio-históricos, geopolíticos e territoriais. Permite, assim, explorar o que é, de fato, o argumento maior desse artigo: a importância de compreendermos como as infraestruturas não apenas recompõem a geografia física de territórios, mas também moldam e são moldadas por mundos sociais tão complexos quanto complicados pelas relações não-lineares entre passado, presente e futuro.

3 EVENTOS TRANSAMAZÔNICOS DA COLONIZAÇÃO SEM TEMPO

Diante da fundamentação teórica apresentada, emergem algumas questões cruciais: de que modo as infraestruturas atravessam e moldam as subjetividades sociais, reforçando a valorização desigual entre diferentes grupos populacionais? Quais possibilidades de habitabilidade podem surgir frente aos modos ontológicos de despossessão, da violência e apagamento social que as infraestruturas agenciam para sujeitos sociais diferencialmente precarizados? E como as políticas de infraestrutura e planejamento territorial, enquanto dispositivos de poder e controle, se entrelaçam aos imaginários compostos por eventos sócio-históricos e geopolíticos, sedimentando múltiplas relações-de-relações sem o tempo?

https://doi.org/10.20873/out2024_9

Essas perguntas serão exploradas por meio de algumas histórias da ‘meada invisível’ feita índice na Transamazônica, compondo-se de e recompondo relações de poder social, econômico e político. Construída durante a Ditadura Militar brasileira, com o objetivo de conectar as regiões Nordeste e Norte do Brasil e interligar as costas do Atlântico e Pacífico, atravessando a Floresta Amazônica, a BR-230 vai além de ser uma infraestrutura física promovida pelo Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970 (Brasil, 1970). As agências sociais materializadas nessa rodovia fazem dela um poderoso índice das relações e imaginários que sustentaram e continuam a sustentar as políticas de colonização e despossessão dos múltiplos espaços-tempo que compõem a chamada região amazônica.

É impossível tratar a região amazônica de forma homogênea, começando pela sua complexa institucionalidade. Composta por oito fronteiras internacionais³ e abrangendo 59% do território nacional brasileiro com mais nove fronteiras estaduais, na forma da Amazônia Legal⁴, a região amazônica é uma confluência de múltiplos espaços-tempos, sobrepostos e conflitantes. Esses espaços-tempos abrigam ecossistemas diversos, como várzeas, igapós, mangues, savanas, cerrados e a vasta Floresta Amazônica, que representa 53% das florestas tropicais remanescentes no mundo tornando-a, quiçá, o epicentro das ansiedades globais sobre preservação ambiental e dos discursos de desenvolvimento sustentável. Nesse vasto espaço-tempo, encontram-se, apenas no Brasil, pelo menos 180 nações indígenas, com suas diversidades étnicas, linguísticas e cosmológicas, além de territorialidades ribeirinhas, quilombolas e outras. Os espaços-tempos dessas múltiplas subjetividades coexistem e resistem diante das dinâmicas de aniquilamento e desterritorializações contínuas inscritas pelo Estado-Capital Global.

Afinal, a configuração do Estado-Capital Global também molda a região amazônica enquanto um espaço-tempo intensamente disputado na integração do capitalismo nacional e internacional. Desde a arquitetura jurídico-econômica do século XVII, passando pela interiorização territorial promovida pelas missões evangelizadoras da Companhia de Jesus e pelas preocupações da coroa portuguesa em legitimar a Conquista, a região tem sido palco de constantes disputas de poder do Estado-Capital. No século XIX, com a expansão das fronteiras

³ Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

⁴ A Amazônia Legal foi inicialmente definida pela Lei 1.806/1953, conformada pelos estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

https://doi.org/10.20873/out2024_9

econômicas extrativistas durante o ciclo da borracha e, ao longo do século XX, com o paradigma rodoviarista e da urbanização, tornando-a uma região prioritária para a reificação do ideal de progresso da modernidade. Hoje, o chamado consenso das *commodities* e os megaprojetos de energia, mineração e telecomunicações dominam a agenda, sob a disputa pela hegemonia entre os setores primário-exportadores e o capital financeiro (Svampa, 2013). Neste cenário, a região amazônica é também o espaço-tempo da violência dos garimpos ilegais, da grilagem paramilitar de terras e da multiplicidade de conflitos fundiários, todos elementos da contínua acumulação por despossessão promovida pelas dinâmicas do capitalismo.

O presente artigo concentra-se na região amazônica como um dos espaços-tempos fundamentais para a articulação dos discursos que sustentaram a Ditadura Militar brasileira, tendo como índice a rodovia BR-230, conhecida como Transamazônica. Na composição sem tempo dessa infraestrutura, destaca-se que a abertura da rodovia para o futuro – tanto em termos de imaginário social, de expansão territorial quanto da acumulação por despossessão agenciada por diferentes capitais – fez dela um elemento central no agenciamento de práticas de racionalização do planejamento territorial por meio de políticas de infraestrutura como dispositivos de poder e controle populacional. Essas práticas, no entanto, dependeram da recomposição de eventos marcados por pressupostos ontológicos da diferença racial e cultural de um passado colonial que não passa.

Começemos pela referência ao futuro sedimentado na Transamazônica, o índice mais vistoso de um "futuro suposto, contido num presente imaginário" do Brasil grande que, finalmente, emergiria como potência econômica mundial ao domar a Floresta (Sodré, 1973, p. 32). Antes mesmo do início das obras, o marco inaugural da rodovia já simbolizava o entusiasmo pelo progresso nacional diante a morte de uma rainha amazônica, uma *Bertholletia excelsa* (castanheira-do-pará) com mais de 300 anos, substituída por uma placa de bronze incrustada no que restou de seu corpo morto. A inscrição declarava: "Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor presidente da república dá início à construção da Transamazônica. Numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde".

"A revolução chega ao homem, cada árvore que tomba é o início de uma nova história" (Souza, 2012, p. 89)⁵. O senhor presidente da república que deu início à construção da

⁵ Texto do filme de propaganda militar elaborado pela Agência Nacional, *Transamazônica – o caminho do homem*, veiculadas em emissoras de televisão em 1971(Souza, 2012).

https://doi.org/10.20873/out2024_9

Transamazônica, foi o terceiro presidente militar da ditadura (1969-1974), Emílio Médici, figura central no período mais repressivo do regime. Sob seu comando, o Brasil viveu a intensificação da censura, das prisões, torturas, desaparecimentos forçados e o cerceamento das liberdades civis. No entanto, a repressão, por si só, não bastava para garantir a estabilidade do regime; era necessário um discurso que legitimasse socialmente o Estado autoritário. Não é por acaso que Médici é também o rosto do ‘milagre brasileiro’, onde a retórica econômica circunscrita pela compreensão do tempo linear servia como artefato político de dissimulação.

Para que a Ditadura Militar pudesse autopromover a superioridade moral e técnica dos militares como os únicos capazes de realizar o sonho civilizador e desenvolvimentista da Nação, especialmente ao domar a Floresta e transformar a revolução em progresso, era preciso reinventar o otimismo em relação ao futuro, segundo Carlos Fico (1997). A lógica ufanista, descrita por Muniz Sodré (1973), ajuda a situar o “futuro suposto” na articulação desse otimismo reinventado. Para Sodré, o ufanismo decorre de uma distorção na percepção da realidade, onde os limites entre o Brasil real e o Brasil possível se tornam indistintos. O discurso militar exaltava o potencial de um futuro imaginado do país como se já fosse realidade, elevando-o a um estado ideal onde as dificuldades concretas do cotidiano eram obliteradas. Afinal,

o Brasil é imenso, pleno de riquezas minerais, e naturais, seus habitantes são alegres e inteligentes, logo o país será inevitavelmente rico e feliz no futuro. Dessa forma, a riqueza potencial passa a ser aceita como atual; a felicidade vindoura se sobrepõe imaginariamente às dificuldades presentes (Sodré, 1973, p. 32).

Imersa da lógica ufanista de reinvenção do otimismo em relação ao futuro, a integração da Amazônia era um tema central para a Ditadura Militar, sustentada ainda pela suposta ameaça da cobiça internacional sobre a região e reforçada pelo lema ‘integrar para não entregar’, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional (De Souza, 2020). Contudo, para que o mito do milagre econômico tivesse impacto, era necessário ressignificar uma rede de imaginários sobre o tempo do progresso brasileiro. O destino manifesto do Brasil grande não foi uma invenção exclusiva dos militares; pelo contrário, já estava profundamente enraizado no imaginário brasileiro, moldado por uma tradição literária, intelectual e geopolítica, com a

https://doi.org/10.20873/out2024_9

invenção da Amazônia desempenhando um papel importante nessa narrativa histórica de longa duração (Gondim, 2007).

Desde o século XVII, as imagens criadas por naturalistas e viajantes moldaram a percepção da Amazônia, que, no início do século XX, se consolidou na figura do Inferno Verde de Alberto Rangel. Para Euclides da Cunha, a Amazônia representava uma terra fora do tempo linear da história, como exposto em sua obra póstuma *À margem da história*, de 1909. Seus ensaios apresentavam a Amazônia não apenas como uma região atrasada, mas como um vazio demográfico habitado por uma parca população considerada inferior em termos de evolução cultural, pois presa a um tempo anterior ao das civilizações ocidentais devido as dificuldades de ocupação territorial pela opressão da Floresta.

Refletindo as ideologias racistas inerentes à modernidade colonial, o etnocentrismo nacional era intensificado pelo contexto político-científico eugenista do final do século XIX e início do XX, que situava a mestiçagem como a problemática social central nos debates sobre identidade nacional e desenvolvimento. A mestiçagem entre populações indígenas, brancas e negras era usada como justificativa parcial para a estagnação econômica da região, sendo vista como a causa da decadência moral, física e intelectual das populações locais, descritas como preguiçosas, doentes, sexualmente imorais e incapazes de alcançar a cultura moderna 'civilizada' sem a intervenção de ideias externas (Motta-Maués, 1989; Gondim, 2007).

Ou seja, embora vista como um vazio demográfico, a região amazônica é povoada pela indolência e pela sexualidade imoral; uma terra inóspita, mas, ao mesmo tempo, um paraíso potencial, com inesgotável fonte de riquezas para o futuro do Brasil. Diante do futuro suposto do Brasil grande, a região não poderia mais permanecer como a natureza conspiradora contra os heróis pioneiros do progresso do Inferno Verde de Rangel. Euclides da Cunha, um dos precursores da ideologia racista que defendia a urgência de um projeto de colonização da região por meio de uma intensa migração de uma população 'civilizada', acreditava que somente assim essa poderia finalmente ser integrada ao tempo histórico do progresso da Nação.

Reinventar a Amazônia significava, por extensão, reinventar seu processo de conquista e colonização. Ao cruzar discursos econômicos e demográficos, essa reinvenção também implicava reimaginar os espaços-tempos da Nação, como os do Nordeste e do Centro-Sul. Não se trata de negar as desigualdades regionais, mas sim questionar os pressupostos ontológicos de diferença entre populações que sustentam as narrativas sobre as discrepâncias

https://doi.org/10.20873/out2024_9

socioeconômicas inter-regionais. Como argumenta Zélia Amador de Deus (2008), é crucial expor o viés racista que permeia os debates sobre o desenvolvimento regional brasileiro, incluindo a significação demográfica da desigualdade, operada por ideais de diferença cultural e racial:

Nordeste e Norte, por não haverem conseguido embranquecer, concentram maioria negra e indígena – raças inferiores – que, se por um lado, são portadoras de elementos culturais que passam a integrar o acervo da cultura nacional (leia-se acervo artístico-cultural, na condição de folclore); por outro, carecem da tutela do Estado por não serem capazes de se constituírem protagonistas de sua própria História. Eis o viés racista que serviu e serve de pano de fundo para que se pense, até hoje, o desenvolvimento da Amazônia (Amador de Deus, 2008, p. 69-70).

Vinculada tanto ao ideário da soberania nacional quanto ao desenvolvimento econômico, a justificativa da construção da Transamazônica é indissociável da estratégia retórica baseada em estereótipos populacionais: transformar a ‘terra sem homens’ da Amazônia em destino para os ‘homens sem-terra’ do Nordeste (Velho, 1995). Um dos objetivos do Plano de Integração Nacional era precisamente “reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da (...) nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul” (Brasil, 1970, p. 31).

Por um lado, resolver o suposto vazio demográfico do Norte era visto como a redenção da população do Nordeste, dependente da ‘assistência e comiseração’ nacional, cujo problema era discursivamente reduzido à natureza das secas sazonais do semiárido, combinadas ao excesso populacional campesino⁶. Por outro lado, a expansão das fronteiras econômicas do país, destinada a corrigir as desigualdades inter-regionais, buscava interromper o fluxo migratório nordestino para as áreas metropolitanas do Centro-Sul, onde a população migrante era responsabilizada por agravar as aglomerações marginalizadas das favelas (Menezes, 2007).

Há ainda mais elementos nessa composição de imaginários. O Plano de Integração Nacional ganha um sentido particular ao ser assinado como decreto-lei dez dias após uma viagem de Emílio Médici pelo Nordeste. Como se um Plano elaborado sob inspiração divina, é como homem simples do povo, e preocupado com a gente sofrida do Brasil, que o militar se

⁶ Pronunciamento do Ministro dos Transportes da época, Mario Andreazza, sobre as diretrizes da Transamazônica e as justificativas para sua construção: “desejo reportar-me à contingência do Nordeste, cuja face sofrida e terrivelmente angustiada pela seca, novamente contempla a face da própria Nação, senão mais e apenas para a assistência e para a comiseração, agora para o inescrutável e imposterável remédio que o nosso estágio de desenvolvimento impõe e a nossa tecnologia permite” (Andreazza, 1970 *apud* Menezes, 2007, p. 60)

https://doi.org/10.20873/out2024_9

pronuncia na reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste para o lançamento do PIN:

Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem de emergência: uma viagem inesperada, de flagrante, apressada, parando um pouco em cada lugar, para ver as coisas e os homens que eu queria ver.(...) Mas vi em toda parte dos sertões por onde andei, o espírito da religiosidade, a resignação, a bondade, apego à família. Vi a esperança apesar de tudo, e a fortaleza moral daquela gente sofrida que a mim falou sua verdade. (Souza, 2012, p. 47-48)

As relações que possibilitaram o golpe de 1964 são igualmente pertinentes aqui, especialmente no contexto do imaginário que o justificou, ao sustentarem que a democracia havia sido corrompida pela degeneração dos costumes; algo que caberia à 'superioridade moral' dos militares restaurar (Comissão da Verdade, 2014). Durante o governo Médici, as campanhas da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) enfatizavam a importância de determinados valores morais da Nação, vistos como fundamentais para elevar o Brasil ao status de potência mundial (Fico, 1997). No discurso de Médici no lançamento do Plano de Integração Nacional, percebe-se, assim, a articulação desses valores 'civilizados' — caracterizados pela resignação, religiosidade cristã e apego à família, mesmo em meio às adversidades—como elementos centrais no projeto de colonização a ser agenciado pela Transamazônica.

A migração de famílias colonas à região, dotadas dessa “fortaleza moral”, foi apresentada como o caminho para assegurar o destino manifesto do Brasil: resolver a questão fundiária do país, sem tocar no latifúndio, e desenvolver a Nação sobretudo como celeiro produtivo e fornecedor de recursos primários ao capital internacional. A Transamazônica, mais do que uma mera rodovia, se expandia por faixas de terra de até dez quilômetros em cada lado, incluindo estradas vicinais que ligavam os núcleos de colonização e reforma agrária. As propagandas governamentais convocavam a união nacional, retratando a colonização da região amazônica como um dever patriótico e uma responsabilidade compartilhada com o Estado na construção do Brasil grande (Fico, 1997).

Embora a seleção das famílias migrantes fosse administrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na prática, a conquista do *Inferno Verde* recaía sobre os migrantes da frente pioneira, impulsionados pelo sonho e pela promessa de posse da terra. Afinal, a obtenção do título provisório de propriedade estava condicionada à ocupação efetiva: os colonos precisavam limpar o terreno, estabelecer monoculturas e construir benfeitorias,

https://doi.org/10.20873/out2024_9

inserindo-se nas trincheiras diárias do desmatamento enquanto prática oficial de colonização (Souza, 2012).

Além das famílias prioritárias do Nordeste, selecionadas pelo Incra, houve também a migração espontânea de correntes de migrantes, principalmente do Sudeste e Centro-Oeste, atraídos tanto pela possibilidade de adquirir propriedades rurais não demarcadas pela reforma agrária, mas quiçá passíveis de titulação após a ocupação, quanto pelo trabalho na construção da rodovia. Segundo Otávio Velho (1995), o verdadeiro objetivo dessa política era reorientar os fluxos migratórios do campesinato expropriado de outras regiões, com o intuito de reduzir as tensões agrárias nas áreas de evasão dirigida, enquanto simultaneamente esvaziava as lutas camponesas e assegurava a manutenção dos latifúndios em todo o Brasil.

Se a lógica ufanista do discurso militar exaltava o futuro imaginado do Brasil como um estado ideal onde as dificuldades concretas do cotidiano eram obliteradas, a colonização da região amazônica se tornava uma parte essencial do mito do herói pioneiro. Apesar de serem exaltados como *antes de tudo fortes*, parafraseando os sertanejos de Euclides da Cunha, esses heróis pioneiros eram, na verdade, o campesinato e trabalhadores expropriados e explorados, movidos pela expectativa de melhorar suas precárias condições de vida. Atendendo principalmente aos interesses privados das grandes empreiteiras licitadas, que receberam substanciais investimentos públicos para a construção da rodovia principal, das vicinais e dos núcleos de colonização, essas empresas foram palco de histórias de acidentes, superexploração do trabalho, infração dos direitos trabalhistas e imposição de violências simbólicas e físicas nos canteiros de obra (Souza, 2012).

Embora o herói pioneiro fosse um trabalhador expropriado e explorado, era convocado, ainda, para “estimular as qualidades intrínsecas do caráter e da vontade do povo da região, despertando-o para cumprir seu destino de grande civilização mundial” (Kelly, 1988, p. 77).

Grande é a selva, porém maior é o homem, é o brasileiro decidido a encontrar o seu futuro (...) a Transamazônica obriga o antigo inferno verde a recuar, coloca postos avançados de civilização nos lugares mais remotos e torna o índio um espectador espantado, prestes a ser assimilado pela cultura dos que chegam para ficar (Revista Manchete, 2/10/1971, *apud* Menezes, 2007, p. 114).

O “índio” transformado em “espectador espantado, prestes a ser assimilado” revela que o vazio demográfico estava, na verdade, ocupado, pois a Transamazônica atravessava, diretamente a territorialidade de vinte e nove comunidades étnicas, incluindo onze isoladas e

https://doi.org/10.20873/out2024_9

nove com contato intermitente (CNV, 2014). O campesinato e os trabalhadores precarizados eram, justamente, os que se encontravam na linha de frente da violência contra essas populações, cujos espaços-tempos foram sobrepostos pelo Estado-Capital.

A dinâmica dos eventos sem tempo de diferença racial e cultural na composição da bio-necropolítica do Estado se manifesta nesses encontros indesejados, onde a Transamazônica, agenciando o forte da missão civilizadora da Nação, confrontava o ‘selvagem’ sem História, visto como um obstáculo ao desenvolvimento e destinado a ser destruído ou assimilado “pela cultura dos que chegam para ficar”. Embora tanto o ‘forte’ quanto o ‘selvagem’ fossem protagonistas de vidas precarizadas de maneiras distintas, foram colocados em uma tensão de enfrentamento uma contra a outra, enquanto a rodovia abria o futuro da acumulação por despossessão para distintos capitais.

Para assegurar a construção da BR-230 e sua subsequente colonização, foram formadas equipes mistas de pacificação e Frentes de Atração, organizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Essas equipes, de fato, se deslocavam à frente dos trabalhadores da rodovia para realizar desterritorializações forçadas e transferências compulsórias⁷. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) revela que os massacres e a alta mortalidade entre os indígenas amazônidas, em grande parte devido a doenças introduzidas pelo contato, foram tudo menos fortuitos⁸. Os contatos foram apressados e realizados sem as devidas precauções pelas equipes da Funai, refletindo o desmonte da assistência à saúde indígena, que ocorreu precisamente no contexto de intensificação das práticas de atração a partir de 1968.

Durante a construção da Transamazônica, o planejamento territorial e de infraestrutura na região foi conduzido por políticas indigenistas, com a Funai desempenhando um papel crucial na espoliação dos territórios e comunidades indígenas⁹. Para a implementação de empreendimentos privados e a formalização da propriedade da terra, era exigida a emissão de

⁷ Entre 1971 e 1977, a Funai realizou cinco transferências compulsórias dos Parakanã, apesar de sua reserva indígena ter sido demarcada em 1971, o que resultou na dizimação de 41% de sua população. O contato com os Araweté levou à morte de pelo menos 36% de sua população. Os Arara tiveram seu território dividido pela rodovia, provocando invasões contínuas e desestabilizando sua vida social e produtiva (CNV, 2014).

⁸ Um exemplo notável de omissão na vacinação preventiva é o caso dos Yanomami que, durante a construção da rodovia Perimetral Norte, em 1975, reduziu uma campanha de vacinação de três semanas para dois dias e meio (CNV, 2014). A crise humanitária dos Yanomami em 2023 reflete a recomposição desses eventos de bio-necropolítica do Estado brasileiro.

⁹ Embora o foco do artigo seja nos espaços-tempos da Transamazônica, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) documenta diversas práticas de despossessão de terras e extermínio indígena pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, incluindo os casos dos Guarani-Kaiowá e Ava-Guarani no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná.

https://doi.org/10.20873/out2024_9

certidão negativa de presença indígena pela Funai. No entanto, essas certidões frequentemente eram fraudulentas, seja por falta de informações concretas ou, em casos mais graves, com pleno conhecimento da ocupação indígena. As denúncias de invasão de reservas legais levaram à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai em 1977, que confirmou a emissão de certidões negativas para áreas habitadas por indígenas (CNV, 2014).

As transformações nas políticas de desenvolvimento da região amazônica na transição do governo de Médici ao de Ernesto Geisel revelam a recomposições dos eventos sem tempo da diferença racial e cultural nas políticas do Estado-Capital Global. A década de 1970 marcou um período de reestruturação geopolítica e geoeconômica mundial, com economias nacionais adaptando-se a ajustes restritivos. Apesar disso, no Brasil, o impulso ao crescimento econômico não foi alterado; pelo contrário, foi consolidado com um novo ciclo de endividamento externo (Tavares *et al*, 2010). Manter o mito do milagre econômico, promovido pela suposta superioridade moral e técnica dos militares, tornou-se ainda mais crucial diante do crescente descontentamento com a ditadura, intensificada pelos anos de chumbo sob Médici.

Nesse contexto, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND; Brasil, 1974), lançado pelo governo Geisel para o período de 1975-1979, coincide com a tentativa de implementação do Decreto de Emancipação Indígena em 1978, em continuidade com o Estatuto do Índio, promulgado em 1973 e revogado apenas com a redemocratização. Até então, o estatuto jurídico das populações indígenas seguia as normativas do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e do Código Civil de 1916, sendo tratadas com paternalismo jurídico e classificadas como sujeitos de direitos em uma categoria transitória, ainda em evolução cultural e necessitando da tutela estatal. Contudo, com o avanço da colonização promovida pelo Estado-Capital, essas populações passaram a ser vistas como obstáculos ao progresso, o que levou à necessidade de regular sua situação jurídica com o objetivo “integrá-las, de forma progressiva e harmoniosa, à comunhão nacional”, conforme o grau de aculturação das comunidades (Brasil, 1973).

Uma vez integrados à comunhão nacional, os indígenas eram excluídos da categoria transitória de sujeitos de direitos e considerados emancipados o que implicava, não obstante, a perda dos direitos territoriais garantidos pela tutela estatal. A mudança no imaginário sobre essas comunidades durante o ‘milagre econômico’ não foi uma coincidência. As prerrogativas do sujeito jurídico estabelecidas pelo Estatuto do Índio não eram uma inovação de 1973; já haviam sido antecipadas pela política indigenista da Funai, que desde 1969 defendia a aplicação

https://doi.org/10.20873/out2024_9

de critérios de identidade étnica para justificar a tutela ou a emancipação dos indígenas, utilizando significantes de diferença cultural e grau de aculturação como base para tais critérios.

Na tentativa do Decreto de Emancipação Indígena, segundo José de Souza Martins (1979), o que estava realmente sendo emancipado era o Capital. O que estava em jogo na compulsoriedade de emancipação indígena era a emancipação da terra indígena, para integrá-la ao circuito de trocas e torná-la subserviente aos interesses de distintos capitais. A política econômica de colonização da região amazônica sob o II PND refletia essa articulação, exemplificada pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Em termos de viabilização da exploração mineral em grande escala, o Polamazônia alinhava-se ao artigo vinte do Estatuto do Índio, justificando a remoção das nações indígenas como uma medida necessária ao desenvolvimento nacional, especialmente no setor de mineração (Brasil, 1974).

O redirecionamento dos recursos públicos para a criação de polos econômicos na Amazônia, articulava-se à mudanças maiores no ordenamento territorial e, especialmente, na estrutura fundiária da região. A construção da Transamazônica foi interrompida, e, com ela, o investimento nos núcleos de colonização destinados ao campesinato migrante. A propriedade da terra, limitada a cerca de cem hectares para as famílias colonas e a promessa (não cumprida) da demarcação de terras indígenas do PIN, foi substituída, no II PND, por uma política de incentivo aos grandes consórcios empresariais, em especial do Centro-Sul, com latifúndios de até cinquenta mil hectares, acesso a crédito rural e assistência técnica subvencionada para a pecuária extensiva, exploração mineral e madeireira e para os projetos privados de colonização (Martins, 1982).

Na prática, houve uma mudança do incentivo à agricultura familiar da reforma agrária proposta pelo PIN para a promoção do latifúndio agroindustrial. Assim, a tentativa de emancipação compulsória da terra indígena em 1978 mostra-se articulada a relações mais amplas de expansão de propriedades privadas. Não apenas se abria o futuro para a despossessão dos espaços-tempos indígenas, ribeirinhos e quilombolas da região, como também se agravavam as tensões de espoliação para os pioneiros migrantes que haviam respondido ao chamado heroico no início da década de 1970. Indissociáveis do capital financeiro nacional e internacional, a valorização dos polos econômicos empresariais na região amazônica do II PND operou como um fator crucial na expulsão da agricultura familiar,

https://doi.org/10.20873/out2024_9

aumentando as tensões também para a população migrante que se viu, mais uma vez, espoliada da terra, além de abrir ainda mais o futuro para a violência da grilagem de terras e de madeireiros e garimpeiros ilegais na região.

Nas palavras de Jean Hébette (2004, p. 50), a história dos grandes projetos de integração da Amazônia é, de fato, a “história da fixação de certos grupos humanos mediante a expulsão de outros”. Para as nações indígenas, as relações-de-relações sedimentadas na rodovia BR-230 representaram a continuidade do etnocídio, na tentativa persistente de extinção dos povos enquanto coletividades autônomas, compostas dos eventos sem tempo da diferença racial e cultural. Mas a operação dos eventos sem tempo da modernidade colonial agenciaram muito mais para as tensões entre múltiplas subjetividades “ligadas por sua repentina ou prolongada sujeição à condição precária, mesmo quando não querem reconhecer essa ligação” (Butler, 2018, p. 41).

O índice Transamazônica, longe de ser uma mera infraestrutura, transformou o futuro suposto do Inferno Verde a ser conquistado, em um cenário complexo da acumulação por despossessão do capitalismo com a eclosão de conflitos de difícil resolução. Intensificados a partir da década de 1980 e escalando desde então, esses conflitos refletem as tensões profundas entre diferentes valorações sociais da vida e da terra dos eventos da diferença racial e cultural pela tecedura do Estado-Capital Global na região amazônica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirado pelo pensamento composicional de Denise Ferreira da Silva, este artigo procurou evidenciar como nas políticas de planejamento territorial, entrelaçadas à biocropolítica do Estado, as infraestruturas e as subjetividades que delas emergem, estão imbricadas em uma rede de relações da diferença racial e cultural que transcendem a linearidade temporal. A análise das economias políticas da vida mediadas por infraestruturas como a Transamazônica revela que, numa perspectiva sem o tempo, infraestruturas são agentes dinâmicos e vivos na configuração de múltiplas subjetividades e noções de identidade e comunidade, refletindo a valorização diferencial dos grupos populacionais nas práticas de despossessão conduzidas pelo Estado. Mais do que alterar a geografia física territorial, as políticas de infraestrutura compõem e recompõem os enquadramentos de existência e

https://doi.org/10.20873/out2024_9

habitabilidade através das desigualdades e violências inerentes à composição do Estado-Capital Global.

A autora declarou não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

5 REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Os herdeiros de Ananse**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

ATHANASIOU, Athena; BUTLER, Judith. **Dispossession**: The Performative in the Political. Cambridge: Polity Press, 2013.

BERLANT, Lauren. The Commons: Infrastructures for troubling times. **Environment and Planning D**, v. 34, n. 3, p. 393-419, 2016.

BERLANT, Lauren. **On the inconvenience of other people**. Durham: Duke University Press, 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973** – Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação de governo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. **II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório: textos temáticos, Volume II / **Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014.

https://doi.org/10.20873/out2024_9

DE SOUZA, Matilde. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. 8, n. 1, p. 133-1582, abr. 2020.

FERREIRA DA SILVA, Denise. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. *In*: PEDROSA, Adriana; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André; SANTORO, Artur; MENEZES, Hélio; SCHWARCZ, Lília Moritz; TOLEDO, Tomás. (Orgs.). **Histórias Afro-atlânticas**. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP, Instituto Tomie Ohtake, p. 407-411, 2018.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **Homo modernus** – para uma ideia global de raça. Trad. Jess Oliveira, Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GELL, Alfred. **Arte e agência**: uma teoria antropológica Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GONDIM, Neide. **A invenção de Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

KELLY, Philip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. **A Defesa Nacional**, n. 738, jul-ago, p. 67-91, 1988. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5418>>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.70, p. 20-33, 2018.

MARTINS, José de Souza. A emancipação do índio e a emancipação da terra do índio. *In*: **Histórico da Emancipação**. Comissão Pró-Índio/SP. 1.ed. São Paulo: Parma, 1979, p. 73-75.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

https://doi.org/10.20873/out2024_9

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos. *In*: Secretaria de Estado do Pará. **Estudos e problemas amazônicos**: História Social e Econômica e temas especiais. Belém: SEDUC/IDESP, 1989

SIMONE, AbdouMaliq. Relational infrastructures in postcolonial urban worlds. *In*: GRAHAM, Stephen; MCFARLANE, Colin (Eds.). **Infrastructural Lives**: Urban infrastructure in context, 2015, p. 17-38.

SODRÉ, Muniz de Araújo Cabral. **Comunicação do grotesco**: Introdução à cultura de massa brasileira. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SOUZA, César Augusto Martins de. **A estrada invisível**: memórias da Transamazônica. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 244, mar./abr. 2013.

TAVARES, Maria da Conceição; MELO, Hildete Pereira de; CAPUTO, Ana Claudia; COSTA, Gloria Maria Moraes; ARAUJO, Victor Leonardo de. O papel do BNDE na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. **Memórias do desenvolvimento**, Ano 4, n. 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1995.

Recebido em: 28/08/2024 | **Revisado em:** 27/09/2024 | **Aceito em:** 08/10/2024